

Sérgio Cabral*

Decisões fundamentais para Lula

São Paulo é o estado com o maior eleitorado do Brasil, com mais de 34 milhões de eleitores. O estado do Rio de Janeiro tem um pouco mais de 13 milhões de eleitores aptos a votar. São quase 50 milhões de eleitores.

Lula precisa de dois palanques fiéis e competitivos para vencer nesses dois estados, onde perdeu para Jair Bolsonaro tanto no primeiro como no segundo turno das eleições de 2022. Além disso, precisa ter um vice-presidente que amplie para o centro político sua reeleição. Daí que dou os nomes capazes de dar a segurança necessária para que isso ocorra.

Para vice-presidente da república, não tenho dúvida que a permanência de Geraldo Alckmin é fundamental para o êxito da reeleição. Geraldo se destacou como ministro do desenvolvimento, indústria, comércio e serviços. Implementou, junto com Lula, Fernando Haddad e Aloísio Mercadante, pelo Bndes, uma retomada da política industrial no país. Se destacou na interlocução com os setores produtivos do país, após as taxações absurdas tomadas por Donald Trump ao setor exportador do Brasil. Além de leal e bom caráter, Alckmin possui

vasta experiência pública e muito prestígio e reconhecimento popular no seu estado, São Paulo, que governou por quatro vezes. Mudar o vice será um erro crucial para Lula.

Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas detém boa aprovação, mas sua base de apoio na direita e ao centro tem problemas de unidade. Por outro lado, Lula tem o melhor quadro do PT no Brasil, claro depois do próprio Lula, para apresentar como candidato a governador: Fernando Haddad. Junto com as candidaturas ao Senado de duas mulheres respeitadas e com real chance de vitória: Simone Tebet e Marina Silva.

Já no estado do Rio de Janeiro, surge uma oportunidade que Lula não pode deixar de aproveitá-la: a eleição indireta na Assembleia Legislativa para governador, com a renúncia iminente de Cláudio Castro para disputar uma cadeira de senador.

O ex-presidente da Alerj e atual Secretário de Assuntos Parlamentares do governo federal, André Ceciliano, é lembrado não só pelos deputados estaduais da esquerda, como também pelos deputados do centro e da própria direita

como um nome para o cargo de governador. André presidiu a Alerj por 5 anos e meio e conquistou credibilidade e estima dos seus pares.

Lula em 2002, teve no Rio Benedita da Silva como governadora do estado nos últimos 9 meses da eleição dando suporte a sua primeira vitória eleitoral para presidente da república. Em 2006, no segundo turno, contou com o meu apoio para obtermos, juntos, 70% dos votos dos eleitores fluminenses. Em 2022, perdeu no Rio.

O prefeito do Rio já declarou que deixará a prefeitura dia 20 de março, para disputar o cargo de governador. Aliás, contrariando sua promessa feita em 2024, na sua reeleição, de que não deixaria o cargo de prefeito e cumpriria os 4 anos de mandato. Mas, agora, pretende deixar a prefeitura com apenas 1 ano e menos de 3 meses do seu mandato...

Além disso, o PSD, partido do prefeito, terá candidato à presidência da república. Sendo Ratinho Jr, Eduardo Leite ou Ronaldo Caiado, não há como as juras de lealdade à candidatura de Lula ser cumprida por inteiro. Não tenho dúvida que qualquer um dos três nomes

cogitados pelo PSD a presidente terá um bom desempenho no Rio e pode fraturar e fragilizar o palanque de Lula na aliança regional com o partido de Gilberto Kassab.

Lula tendo André Ceciliano para governador e Benedita da Silva para o Senado, terá assegurado uma base política forte e com capilaridade na capital, na região metropolitana e no interior. Vale lembrar que Ceciliano foi fundamental no apoio aos prefeitos do estado, durante a pandemia da Covid e Benedita foi vereadora na capital, senadora, vice-governadora e governadora, além de exercer seu sexto mandato como deputada federal.

Além disso, Lula poderá construir parcerias com o governo do estado ainda nesse ano. O que não conseguiu nesses 3 anos e 2 meses pela hostilidade do atual governador ao presidente.

Nas recentes pesquisas, Flávio Bolsonaro está à frente de Lula no Rio. Se o PL continuar com o comando do Guanabara, o quadro eleitoral não será bom para Lula no estado do Rio.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Eduardo Annunziato*

Caducidade não é solução: o setor elétrico exige responsabilidade e decisão técnica

O debate sobre a caducidade dos serviços da Enel Distribuição São Paulo precisa ser tratado com seriedade e responsabilidade. Energia elétrica não é mercadoria comum: é um serviço essencial, estratégico e diretamente ligado à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento econômico.

Uma decisão precipitada envolvendo a Enel teria impactos imediatos sobre contratos de trabalho, planos de previdência e aposentadoria, financiamentos, contratos de manutenção e prestação de serviços. Esses compromissos ultrapassam R\$ 20 bilhões. Não existe solução mágica capaz de absorver uma ruptura dessa magnitude sem prejuízos profundos. O resultado seria o comprometimento da operação do sistema elétrico, independentemente de quem assumisse a concessão.

Ano eleitoral não pode pautar políticas públicas

Estamos em ano eleitoral, período em que soluções simplistas costumam ganhar espaço. No setor elétrico, isso é especialmente perigoso. Transformar um debate técnico em disputa política ou buscar medidas de efeito imediato pode gerar consequências ruins para a população.

A experiência mostra que privatização não é bom, pior ainda sem controle, sem fiscalização rígida e sem exigência permanente de investimentos leva, inevitavelmente, à precarização do serviço e das relações de trabalho. Precipitar decisões apenas amplia esse risco.

O modelo de concessão e os limites da caducidade

O caminho a ser seguido já está definido: está no contrato de concessão da Enel. É o contrato que estabelece deveres, responsabilidades e punições. Diante disso, nossa posição é clara: defendemos evitar a caducidade.

A caducidade é uma medida extrema. Não resolve problemas estruturais e tende a aprofundar a instabilidade do setor. Em seu lugar,

defendemos a construção de um Plano de Melhoria e Investimentos, capaz de enfrentar os impactos das mudanças climáticas e impor obrigações reais à Enel, com acompanhamento rigoroso e consequências claras.

O papel da ANEEL: decisão técnica, dura e responsável

A decisão tem que ser técnica e deve ser dura. A Enel deve ser duramente castigada e responsabilizada. Mas não é retirando a empresa do jogo que as obrigações e responsabilidades serão solucionadas. Essa crise sempre foi previsível.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) precisa exercer plenamente seu papel. Obrigar a Enel a realizar investimentos robustos em infraestrutura, manutenção, operação e qualidade do serviço para que seja capaz de enfrentar os impactos das mudanças climáticas, vinculando o descumprimento dessas obrigações à perda da concessão, é o maior castigo possível para uma distribuidora. Tem que sentir no bolso. Ir embora não é pior castigo para a empresa.

Esse plano deve estabelecer metas objetivas — investimentos em infraestrutura, manutenção da rede, fortalecimento da gestão e melhoria do atendimento — com prazos definidos. Caso a Enel não cumpra, a caducidade passa a ser consequência natural, e não um gesto político precipitado.

A Anel tem a oportunidade de melhorar o modelo aplicado, exigindo novos investimentos diretamente na infraestrutura e manutenção preventiva.

Dados objetivos de reforço operacional e condições de trabalho (2024–2025)

1 - Houve contratações em São Paulo: 1.600 profissionais incorporados às equipes próprias de manutenção, operação e atendimento da Enel

Crescimento de 30% do número de equipes mobilizados em caso de crise.

2 - Frota operacional ampliada em 225 no-

vos veículos incorporados.

3 - Maior Atendimento em campo com implantação de 124 motoeletricistas.

4 - Aplicação de Tecnologia nas redes com mais de 2 milhões de equipamentos inteligentes instalados para automação, telecontrole e monitoramento.

5 - Sobreaviso incluído no regime de trabalho com negociação junto ao nosso Sindicato, no qual trabalhadores — especialmente das equipes de manutenção e emergência — permanecem fora da jornada normal à disposição da empresa, aguardando eventual chamado para serviço.

6 - Aumento no piso salarial: aumento no piso salarial de ingresso dos trabalhadores, resultado de negociação coletiva.

Os dados acima não eliminam falhas nem afastam a necessidade de fiscalização rigorosa, punições e exigência permanente de investimentos e melhorias no serviço.

Caducidade é um caminho perigoso

A caducidade dos serviços da Enel em São Paulo levaria à judicialização em massa, ampliaria a insegurança regulatória e não resolveria os problemas enfrentados pela população. Pelo contrário, poderia agravá-los.

Do ponto de vista social, os impactos seriam devastadores. Estamos falando de mais de 40 mil postos de trabalho, diretos e indiretos. O encerramento do CNPJ da Enel significaria desorganização completa da cadeia produtiva do setor elétrico.

Além disso, em um cenário de ruptura, é preciso perguntar: qual banco financiaria um setor marcado por instabilidade regulatória e risco de quebra contratual? Sem crédito, os investimentos travam e o serviço público se deteriora.

Privatização e precarização caminham juntas

A alternativa à caducidade seria um novo

leilão de concessão. Esse caminho, no entanto, não garante melhoria do serviço. Ao contrário, a experiência mostra que processos desse tipo frequentemente resultam em precarização das relações de trabalho, redução salarial, perda de direitos e desvalorização profissional.

No setor elétrico, isso é particularmente grave. Conhecimento técnico não se recompõe do dia para a noite.

A substituição de trabalhadores experientes por mão de obra menos qualificada compromete a segurança da rede, a capacidade de resposta a emergências e a qualidade do atendimento à população.

A experiência mostra que privatização sem controle, sem fiscalização rigorosa e sem exigência permanente de investimentos leva à precarização do serviço e das relações de trabalho.

Causa estranheza que esse rigor seja aplicado de forma seletiva. Quando se trata da Enel, fala-se diariamente em caducidade. Já no caso da Sabesp, recentemente privatizada, não se vê o mesmo debate público, mesmo diante de impactos relevantes sobre um serviço igualmente essencial, como o saneamento básico. Falta água todo dia e a justificativa sempre direcionada aos efeitos das mudanças climáticas.

Caducidade não!

Por tudo isso, reafirmamos: a caducidade dos serviços da Enel em São Paulo não é solução. O caminho responsável passa por regulação forte, fiscalização rigorosa e imposição de obrigações claras à Enel, com punições reais em caso de descumprimento.

Sem controle, a privatização leva à precarização. Com regulação firme, o serviço público pode ser corrigido, preservando empregos, garantindo investimentos e protegendo a população.

*Eduardo Annunziato (Chicão) é Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo